

Estado municipaliza educação

RENATO CORDEIRO

O governador Marcello Alencar quer transferir para os municípios até o fim do seu governo, em 1998, cerca de 70% dos 65 mil professores da rede do estado. Na reunião que terá amanhã com o secretário de Administração Federal, Bresser Pereira, e vários governadores de estado, em Brasília, Marcello vai propor que a emenda da reforma administrativa, que está em tramitação no Congresso, seja alterada de forma a permitir que os estados e municípios façam imediatamente a transferência de servidores entre as administrações. A municipalização do ensino é um dos principais itens do programa de reforma administrativa do governo fluminense.

A intenção do governo federal era deixar que a questão das trans-

ferências fosse definida por lei complementar. Para o secretário estadual de Administração, Augusto Werneck, essa hipótese atrasaria a autorização para o estado firmar os convênios com as prefeituras. A proposta do governador Marcello Alencar é que as transferências de servidores sejam possíveis com o aval do Legislativo nas duas esferas.

A municipalização da educação será feita com base na Constituição Federal, que diz que o ensino fundamental — de primeiro grau — é uma atribuição dos municípios. Assim, o desejo do governo estadual é de, cada vez mais, concentrar suas ações no ensino profissionalizante e de segundo grau. De acordo com Augusto Werneck, no entanto, as transferências serão feitas levando

em consideração as limitações dos municípios.

Verbas — Pelo projeto, o governo não oferece às prefeituras apenas os encargos com a folha de pagamento. “Os municípios que firmarem convênios com o estado receberiam integralmente os recursos do salário-educação e outras verbas”, lembrou Augusto Werneck. Hoje, segundo a Secretaria Estadual de Educação, apenas 25% dos recursos do salário educação são distribuídos entre as prefeituras. Em 1995, o governo federal repassou aproximadamente R\$ 120 milhões destes recursos para o estado. A Secretaria informou que já assinou protocolos de intenção para municipalização do ensino com 50% das prefeituras municipais.

Para Augusto Werneck, a muni-

cipalização do ensino é uma das melhores idéias da reforma administrativa estadual. “Trata-se de uma medida que não implica demissões e que também vai aumentar a eficiência do serviço”, argumentou.

☐ O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou, ontem, a antecipação de R\$ 244 milhões para o governo do Estado do Rio por conta da futura receita da venda, em leilão de privatização, da Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro (Cerj). O adiantamento corresponde a 72% das ações ordinárias (com direito a voto) da companhia. O BNDES também está cooperando com o governo fluminense na elaboração do programa de venda das estatais.